



GT 64. Olhares Antropológicos sobre Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

Coordenador(es):

Renata Menasche (PPGAnt/UFPEL e PGDR/UFRGS)

Janine Helfst Leicht Collaço (UFG - Universidade Federal de Goiás)

Necessidade de primeira ordem, o ato de comer é também fato econômico, social e cultural. Assim, ainda que inserida em rotina e aparente monotonia, a ingestão de alimentos não é ação neutra, revestindo-se de sentidos e valores, que se concretizam em escolhas e práticas alimentares. Comer é, também, ato político. Em 2014, após uma década em que o combate à fome orientara a agenda de políticas públicas, o Brasil deixou de constar do Mapa da Fome, quadro que, desde 2016, com a redução dos gastos sociais do governo, vem retrocedendo. Segundo a legislação brasileira, a Segurança Alimentar e Nutricional “consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”. É nesse quadro que este Grupo de Trabalho pretende provocar a reflexão, estimulando, a partir da Antropologia, a problematização de noções que constituem o marco conceitual do debate em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, acolhendo especialmente estudos etnográficos que abordem questões atinentes a classificações da alimentação e outras que possam iluminar, a partir de perspectivas de distintos grupos, critérios que falam de gênero, qualidade da comida, de fome, de obesidade, de saudabilidade, de sustentabilidade etc.

?Lugar de preta é na cozinha?: trajetórias insurgentes no work culinário feminino e negro no Brasil

Autoria: Taís de Sant'Anna Machado (Inep)

Esta apresentação é parte de minha tese de doutorado, em que analiso trajetórias de vidas de mulheres negras que trabalham na cozinha profissional no Brasil. A seção da pesquisa selecionada para apresentação no grupo de work se refere à análise do estereótipo da mãe preta cozinheira frente à trajetórias reais de cozinheiras negras durante o período colonial e a primeira metade do século XX. Desta maneira, a proposta trata, inicialmente, do processo de construção do estereótipo da mãe preta no Brasil na primeira metade do século XX, especialmente a partir da obra de Gilberto Freyre, e como esta imagem se integra ao cenário de harmonia racial característico da ideologia de democracia racial brasileira. O objetivo é pensar como a exploração do work culinário de mulheres negras desde o período colonial é fundamental para o desenvolvimento do país, e que a imagem da boa cozinheira negra, além de ser o atestado da inexistência de racismo no Brasil, também naturaliza a posição de mulheres negras na cozinha, invisibilizando as péssimas condições de work e a longa trajetória de work não-remunerado (escravizado) ou mal pago, mas também o work intelectual envolvido em seu work. Mas, ainda mais importante, como mulheres negras manejaram as condições, ainda que restritas, do work culinário e de sua posição na cozinha para buscar melhores condições de work e conquistar melhores condições de vida para suas famílias. Para isso, a segunda parte da apresentação analisa uma seleção de trajetórias de mulheres negras que trabalharam como cozinheiras para mostrar como o estereótipo encontra pouco ou nenhum embasamento histórico e são parte de uma narrativa que desumaniza mulheres negras e desvaloriza seu work e habilidade. Assim, o objetivo desta apresentação é analisar como o estereótipo da mulher negra como boa cozinheira, visto como um dos únicos de caráter positivo para este grupo, naturaliza condições sociais, históricas e econômicas marcadas por racismo e



sexismo na trajetória profissional destas mulheres - e como trajetórias de vida reais evidenciam ainda mais esta estrutura desigual.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: